

PRÁTICAS DE LEITURA PÓS-PANDEMIA E O USO DAS TDICS EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA: O OLHAR DE UMA PROFESSORA.

Eliana Eduardo Gomes da Silva

(Mestranda em Educação FaE/UFMG)

elianaeduardogomes@gmail.com

Maria Gorete Neto

(Doutora em Linguística Aplicada e Professora Associada - Faculdade de Educação da UFMG)

mariagorete_net@yahoo.com.br

RESUMO: A pandemia de covid-19 obrigou a população a fazer isolamento social, lavagem das mãos, uso de álcool em gel e máscara facial para evitar a transmissão da doença, e impactou gravemente as escolas. Nesse período, os estudantes vivenciaram aulas de forma remota, por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). No entanto, o acesso aos aparatos tecnológicos e à internet não foi igualitário, afetando o processo de alfabetização e letramento. A Política Nacional de Alfabetização, seguindo o Plano Nacional de Educação, estipula que a aprendizagem da leitura e da escrita aconteça no 1º ano, quando as crianças têm, em média, 6 anos, devendo estar alfabetizadas até o 2º ano dos anos Iniciais do Fundamental I. Entretanto, uma recente pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira informa que alunos com defasagem passaram de 15,5% em 2019 para 33,8% em 2021. Considerando essa realidade, esta pesquisa objetiva compreender, a partir do olhar docente, como se dão as práticas de leitura pós-pandemia e o uso das tecnologias digitais em uma escola em Nova Lima/MG, dentro do Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem Saber +, adotado pela rede municipal para recuperar eventuais atrasos no processo de alfabetização e letramento causados pela pandemia. A hipótese inicial é de que, ainda que o município tenha apresentado recursos tecnológicos e capacitação aos profissionais, isso não foi suficiente para minimizar os efeitos no referido processo, pois fatores socioeconômicos e culturais familiares devem ser considerados. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de documentos que regulamentam a educação no país e programas como: Conta pra mim, Tempo de Aprender, Todos pela Alfabetização, Criança Alfabetizada e o Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem (Saber +) adotado pela cidade de Nova Lima. Além disso, está sendo feita observação participante de uma turma do 3º ano, enfocando a professora, para análise de sua prática e de seu ponto de

vista acerca da temática da pesquisa. Espera-se que os resultados possam vir a contribuir para uma melhor compreensão do impacto da pandemia nos processos que envolvem alfabetização, letramento e o uso das TDIC, sob o olhar docente.

Palavras-chave: Olhar docente; Alfabetização e Letramento; Tecnologias Digitais; Pós-pandemia.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado profissional, em curso no PROMESTRE FAE UFMG, intitulada ‘Práticas de leitura pós-pandemia e o uso das TDICs em uma escola de educação básica no município de Nova Lima: o olhar de uma professora’. Além da contextualização do trabalho, serão apresentados alguns pressupostos teóricos e alguns trechos da análise preliminar dos registros.

Diante da situação provocada pela pandemia de Covid 19, as escolas passaram por grandes mudanças nas adaptações às aulas remotas o que, por sua vez, impactou no aprendizado de milhares de estudantes. No auge da pandemia, no início de 2020, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das leis federais e estaduais, foram necessárias mudanças para que escolas cumprissem medidas provisórias para aulas emergenciais. Com a suspensão das aulas presenciais em todos os níveis foi necessária a reorganização das atividades escolares e o calendário escolar.

No ano de 2021, no Brasil, apenas 4 em cada 10 crianças do 2º ano do ensino fundamental foram alfabetizadas, segundo resultados da pesquisa Alfabetiza Brasil, do Ministério da Educação (MEC). Durante o período de aulas *on-line*, muitos estudantes não tiveram acesso a uma *internet* de qualidade, muito menos a aparelhos tecnológicos que lhes garantissem o direito básico a uma educação de qualidade.

Em 2021, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) afirmou que a proporção de alunos com dificuldade em língua portuguesa passou de 15,5% em 2019 para 33,8% em 2021. De acordo com Santos (2020, p. 7), “a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática”. Quando o autor fala sobre alvos privilegiados, refere-

se aos grupos sociais marginalizados na sociedade que foram prejudicados durante o isolamento social de várias formas.

Os professores em especial tiveram que adaptar-se ao formato de aulas remotas, muitos sem ter preparo ou cursos de capacitação para o uso das tecnologias e das plataformas como: *Google Classroom, Skype, Teams, Google Meet* e outras mídias digitais. Trocaram os pneus do carro com ele em movimento, compraram computadores, “*notebooks*” com seus próprios salários, tiveram que investir no aumento da velocidade de sua *internet* para conseguir ministrar aulas *on-line*. Transformaram suas casas em sala de aula.

No que se refere ao uso da internet, em 2021, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD – sobre o módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação – TDIC – realizada pelo IBGE, afirmou que a *internet* já era acessível em 90% dos domicílios brasileiros. Se comparado ao ano de 2019, esse número representa um aumento de 6%. Na área rural, aumentou de 57,8% para 74,7%, e, nos centros urbanos, subiu de 88,1% para 92,3% entre 2019 e 2021. Segundo a pesquisa, o celular é o dispositivo mais utilizado para acessar a *internet* nas residências com 99,5%, logo em seguida a televisão com 44,4%, ultrapassando pela primeira vez o computador com 42,2%. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação publicou sua pesquisa em 2023 sobre o uso e o acesso à *internet* no Brasil e detectou-se um aumento nesse uso para 84% da população brasileira com 10 anos ou mais, o que representa 156 milhões de pessoas, sendo que, em 2022, o resultado era de 81%.

Considerando esta nova realidade, a compreensão do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na educação torna-se relevante para entender o processo de alfabetização e letramento na atualidade. Há que se considerar principalmente o ponto de vista do professor, com o intuito de que sejam desveladas suas práticas e estratégias pedagógicas e os principais desafios que enfrenta.

Segundo Paulo Freire (1989, p. 13), “a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando”. Para o autor, desde que nascemos, fazemos conexões e aprendemos a ler os códigos e os símbolos antes mesmo de ingressar na escola, fazendo interlocuções das coisas do mundo com nosso cotidiano.

Nesse sentido, uma educação ideal parte da práxis que o educador deve compreender que a criança não chega na escola vazia de conhecimento. Afinal essa criança está inserida em uma cultura na qual já se familiariza com uma leitura de mundo, por meio de símbolos, cosmovisões, língua materna, e outras vivências que fazem parte da rotina dela no ambiente familiar.

Magda Soares (2020) – pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais no campo da alfabetização e letramento, que dialoga com os pensamentos freirianos, em seu livro “Alfaletrar: Toda Criança pode Ler e Escrever” – afirma que “os processos de alfabetização e letramento são diferentes, envolvendo, cada um, conhecimentos, habilidades, e competências específicos, que implicam processos de aprendizagem diferenciados e, consequentemente, procedimentos diferenciados de ensino.” (Soares, 2020, p.37). Para a autora, o processo de alfabetização e letramento tem que ocorrer levando em conta a individualidade e a subjetividade de cada educando. Neste sentido, o letramento para Soares (2002) é “o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento.” (Soares, 2002, p. 3).

Foram quase dois anos de aulas remotas e quase dois anos também do retorno pós-pandemia nos espaços escolares. Durante esses quase quatro anos, foi possível perceber várias mudanças pedagógicas nos métodos de aprendizagem utilizados em sala de aula sobretudo com o uso das TDIC. Ao pensarmos nessa nova cultura digital, que está imbricada com a educação, é preciso repensar a alfabetização e o letramento digital como parte essencial do processo pedagógico, também no sentido de preparar as crianças e os adolescentes para essas novas habilidades digitais, mas, sobretudo, com maior consciência quanto às boas práticas na relação com as tecnologias digitais, especialmente o uso das redes sociais. Algumas prefeituras fizeram compras de aparatos tecnológicos como caminho para a recuperação dos possíveis danos pedagógicos educacionais causados pelo isolamento social quanto ao processo de alfabetização e letramento.

Considerando o exposto acima, o objetivo geral desta pesquisa de mestrado profissional, em andamento, é compreender, a partir do olhar da professora, como se dão as práticas de leitura pós-pandemia, com estudantes do terceiro ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, em

uma escola no município de Nova Lima/MG, dentro do Programa “Educar bem para pensar além” do Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem, intitulado Saber+, implementado no município, e o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Como objetivos específicos buscamos descrever a implantação do Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem Saber +, seus desafios e avanços pós-pandemia; Analisar as práticas de leitura pós-pandemia, a partir do olhar docente; Investigar o papel das tecnologias digitais nas práticas de leitura pós-pandemia em sala de aula; Trazer reflexões sobre o papel das professoras na relação entre o uso das tecnologias digitais e a aprendizagem da leitura e identificar as estratégias pedagógicas e os desafios encontrados pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem da leitura envolvendo tecnologias digitais.

Após o retorno presencial nos espaços escolares, a prefeitura de Nova Lima implementou o plano de recuperação e aceleração da aprendizagem, instituído pelo decreto nº 11.974/2022, que se constitui em um conjunto de estratégias que visam à superação da defasagem educacional na rede municipal, compreendida como mais um reflexo social da pós-pandemia.

Dentre as propostas do projeto de Nova Lima, há o Programa “Educar bem para pensar além”, que objetiva a recuperação na defasagem na área de alfabetização e letramento, oferecendo aulas de reforço no contraturno, ao longo dos anos de 2022 a 2024, para os estudantes da rede pública municipal de Nova Lima. Para a efetivação desse processo, o município desenvolve ações pedagógicas com metodologias ativas, envolvendo sala de aula invertida, gamificação, aprendizagem baseada em problemas e aprendizagem, uso de sequências didáticas.

Para o alcance desse objetivo, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município ancora-se na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento que dialoga com orientações curriculares produzidas nas últimas décadas, que buscou as últimas atualizações em relação às pesquisas recentes na área das transformações e práticas de linguagens ocorridas na atualidade, em grande parte, relativas ao desenvolvimento das TDIC (Brasil, 2018).

Entretanto, é necessário recordar que o Plano Nacional de Educação (PNE) decenal, aprovado e sancionado pela Lei nº13.005/2014, estabeleceu metas educacionais a serem

alcançadas pelos estados, Distrito Federal e municípios até 2024. Deste plano, podemos destacar a meta cinco que determina alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental I, meta esta que foi afetada pelo contratempo da pandemia.

Na proposta da prefeitura descrita acima, esperava-se que fosse possível a recuperação no campo da alfabetização e do letramento em um curto prazo, entre 2022 e 2024, conforme o decreto nº 11.974/2022 da lei. Considerando possíveis os danos causados pelo período de isolamento social, de aulas remotas, de falta de acesso à *internet* e aos aparatos tecnológicos e de interações sociais, a expectativa é que o programa da secretaria de educação do município, intitulado **Saber +**, possa contribuir com o processo de alfabetização e letramento de estudantes que chegaram com dificuldade pós-pandemia, atingindo, assim, os resultados esperados pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Entretanto, é preciso entender que a educação está entrelaçada a várias questões como: saúde; seguridade social, questões socioeconômica, culturais e outros que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

JUSTIFICATIVA

Desde 2022, atuo como professora de educação básica na prefeitura de Nova Lima - MG. Durante este percurso profissional, pude perceber os esforços realizados pela prefeitura, com vistas à recuperação dos prejuízos causados aos estudantes do 1º ao 3º ano em relação à alfabetização e aos letramentos pós-pandemia. Algumas prefeituras, como a de Nova Lima, fizeram compras de aparatos tecnológicos para estudantes e professores, também houve o fornecimento de *internet* gratuita por meio de chip de empresas de telefonia, tentativas essas para tentar recuperar os danos causados no processo de aquisição da escrita e da leitura no campo da alfabetização e do letramento causado pelo isolamento social. Entretanto, fica a pergunta: Será possível recuperar essa defasagem? Quanto tempo que se levaria para tal recuperação? Será que o uso das tecnologias digitais vai contribuir, ou não, nesse processo?

Isso motivou-me a buscar compreender, a partir do ponto de vista da professora, como se dão as práticas de leitura pós-pandemia, com estudantes do terceiro ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, em uma escola no município de Nova Lima/MG, dentro do Programa “Educar bem para pensar além” do Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem, intitulado Saber+, implementado no município.

Afinal, o processo de desenvolvimento de alfabetização e letramento é fundamental na vida do estudante. E com a interrupção abrupta das aulas presenciais, muitos alunos enfrentam dificuldades no processo de aquisição da leitura e da escrita, aumentando o risco de defasagem educacional. Por outro lado, a pandemia acelerou o uso de ferramentas digitais na educação, o que demandou explorar como são utilizadas essas tecnologias de forma efetiva para promover a alfabetização e o letramento no espaço escolar.

Considerando esses aspectos, é que foi feita a escolha do tema para a pesquisa em andamento na linha das Humanidades do Programa de Mestrado Profissional (PROMESTRE) da Faculdade de Educação (FaE/UFMG). Essa escolha parte também da minha vivência durante a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso que tinha como objetivo geral compreender como se davam as práticas de leituras de crianças do primeiro e do segundo anos dos anos iniciais do ensino fundamental I nos seus núcleos familiares, sobretudo em relação ao uso das TDIC. Como resultado, foi possível perceber que as condições socioeconômicas estão imbricadas com a educação, uma vez que podem impactar a aprendizagem dos estudantes, principalmente considerando-se a exclusão social digital.

O acesso aos artefatos tecnológicos digitais na educação foi negado a crianças em situação de vulnerabilidade social, afetando seu processo de letramento e alfabetização. Por outro lado, foi possível perceber que as crianças inseridas em um núcleo familiar com capital cultural e condições socioeconômicas privilegiadas foram menos impactadas e obtiveram maior sucesso em relação ao processo de alfabetização e letramento durante a pandemia. Em alguma medida, isso se relaciona com o que Bourdieu (2012) já denunciava:

as crianças oriundas do meio mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamentos diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importantes não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhe possam dar. Elas herdam também saberes (é um “savoir-faire”), gosto e um “bom gosto”, cujo rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom (Bourdieu, 2012, p. 45).

Para o autor, a criança que vive em um núcleo familiar em que a questão socioeconômica é de privilégios, em que ela goza de boa alimentação, educação de qualidade, moradia, aparatos tecnológicos, espaços culturais, cursos bilíngue, esportes, teatros, viagens e

outros, obtém maior sucesso no espaço escolar, diferentemente das crianças oriundas de meio menos favorecidos.

No que se refere à pandemia, Santos (2020, p. 28) afirma que “As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências”. Para o autor, o vírus da Covid-19 denunciou a falta de planejamento de estados e municípios em trabalhar com prevenção em geral. Em se tratando das escolas, diante do acontecido, ficou exposto como a falta de cursos de capacitação, acesso à *internet* e aos aparelhos tecnológicos nos espaços escolares prejudicaram principalmente as escolas públicas.

Espera-se, com esta pesquisa em andamento, contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país de acordo com a Política Nacional de Alfabetização (PNA), aprovado no dia onze de abril de 2019, decreto nº 9.765 que estabelece:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (Brasil, 2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasar a pesquisa, apresentamos alguns teóricos que se debruçam sobre os conceitos de alfabetização, letramentos, linguagem, multiletramentos, multimodalidade e alfabetização e letramento digital. Autores como Paulo Freire (1989) e Magda Soares (2002, 2020) argumentam que, para alfabetizar, é preciso levar em consideração as condições socioculturais e socioeconômicas, assim como aspectos psicológicos, cognitivos dos educandos. Soares diz que o “letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade”. Ainda segundo a autora, a alfabetização é um “processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica” (Soares, 2002, p.2).

Nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1989), diz que o ser humano, desde a tenra idade, lê, faz conexões e aprende a ler os códigos e os símbolos antes mesmo de ingressar na escola. Para o autor, quando a criança chega ao espaço escolar, deve-se levar em

consideração sua subjetividade, sua cultura e seu conhecimento sobre as coisas do mundo. Afinal, elas não são “tabula rasa”, vazias de qualquer saber. Isso indica que os profissionais alfabetizadores devem ser mediadores no processo de aprendizagem da leitura pelos estudantes, de modo que eles tenham a compreensão e a criticidade do que estão lendo.

Freire (1989) informa que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Sendo assim, a leitura da palavra está conectada à leitura do mundo. Para Freire, “podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (Freire, 1989, p. 13).

Além dos conceitos mencionados, outro aspecto importante a ser considerado na proposta da pesquisa é a integração das tecnologias digitais no processo de alfabetização e letramento. Isso significa utilização de recursos como computadores, *tablets*, *smartphones*, *internet*, *notebooks* e telas interativas de maneira consciente e crítica, explorando as potencialidades dessas ferramentas para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Para Roger Chartier (1998), as tecnologias de escrita usadas pela humanidade ao longo da história da sociedade passaram por várias mudanças e vão desde as pinturas rupestres, pergaminho, criptografia, caneta até hipertexto digital. Segundo o autor, a “materialidade, entre o manuscrito, o impresso e o digital, algumas referências continuam iguais, a paginação, o índice, o recorte do texto, bem como o texto continua a surgir diante de seus olhos” (Chartier, 1998, p. 88). Disso é possível depreender que as práticas de leitura não mudam apenas em função do meio utilizado para a leitura como: PDF, *e-book*, *Kindle* ou livros físicos. Para o pesquisador, a formação de novos leitores independe de qual suporte é utilizado para a leitura.

No entanto, no contexto da Era Digital, fez-se necessário repensar os conceitos de alfabetização e letramento. Nesse caso, a alfabetização e o letramento não se limitam apenas ao aprendizado das habilidades básicas de leitura e escrita, mas também envolvem a competência digital, ou seja, a capacidade de usar as tecnologias digitais de forma eficiente e responsável.

Carla Coscarelli e Ana Elisa Ribeiro (2014) apresentam os conceitos de letramentos, multiletramentos e multimodalidade na Era Digital. As autoras afirmam que “Ler é um processo ativo construtivo de produção de sentidos que envolve um conjunto complexo de atividades

cognitiva a construção de significados é uma atividade que requer muitos tipos de habilidades cognitivas diferentes entre si” (Coscarelli; Ribeiro, 2014, p. 69).

Segundo as autoras, quando nos encontramos diante de um texto, seja ele impresso ou digital, usamos alguns sentidos como visão, atenção, concentração para nos entregarmos ao que a escrita diz e saber interpretá-la. Dessa forma, em um mundo cada vez mais conectado, deve-se “compreender os movimentos da leitura e da escrita com tecnologias, assim como práticas de ensino que empregam sites, ambientes virtuais de aprendizagem, blogs e, mais atualmente, redes sociais ou mesmo aplicativos como o WhatsApp.” (Coscarelli, 2016, p.95).

Nesse repertório de diálogos sobre o uso das tecnologias digitais, a autora Signorini (2020) afirma que

Se há alunos que não aprendem, ou aprendem mal, é porque estão inscritos em realidades socioculturais outras em relação à realidade sociocultural de referência para a tradição escolar, há também dispositivos e práticas escolares que não se alteram de modo a criar andaimes para que esses alunos saiam de suas posições e se aventurem num percurso, por vezes difícil e arriscado (Signorini, 2020, p.65).

Nesse sentido, é fundamental garantir que todos os alunos tenham condições para desenvolver as habilidades de alfabetização e letramento no contexto digital. São necessários projetos e políticas públicas que promovam a inclusão digital social de milhares de educandos no país. Ainda segundo a autora, há “uma rediscussão de conteúdos e metodologias de ensino sem refletir antes sobre o que estaria em jogo”, por exemplo, a saúde mental de todos os envolvidos no espaço da sala de aula. Como “os alunos que não aprendem, ou que aprendem mal” irão recuperar uma defasagem no processo de alfabetização e letramento se voltaram de um contexto pandêmico para aulas presenciais com protocolos de higiene coletiva como álcool em gel, uso de máscaras e outros. A autora informa que essa rediscussão é uma “remediação compensatória em espaços apertados, como nos programas de recuperação ou aceleração”. (Signorini, 2020, p. 68).

Antes da pandemia, havia pouca inclusão digital nos espaços escolares nas redes escolares públicas do país. A falta de acesso à sala de informática e professores sem formação para o uso das tecnologias fazia com que este ambiente, na maioria das vezes, ficasse fechado. Os estudantes foram excluídos do mundo digital e a falta de formação docente para lidar com as tecnologias digitais foram expostas e evidenciadas durante o período da pandemia. Ainda

segundo as autoras Ribeiro, Mantovani e Mazulquim (2023, p. 135), “as tecnologias digitais, para alguns, passaram a ser vistas como uma possibilidade de dar continuidade aos estudos, ainda que de maneira improvisada e com pressões de todos os lados. Para outros, no entanto, as tecnologias se tornaram verdadeiras vilãs, pois ampliaram as desigualdades já existentes entre estudantes e professores mais/menos preparados para lidar com os recursos midiáticos”.

Segundo Fluckiger (2020, p. 32), “a passagem para o regime letivo remoto, sem preparação, não de aulas ou de cursos, mas de sistemas educativos inteiros, constituiu uma aceleração sem precedentes desse movimento, cujos efeitos são ainda pouco conhecidos, não se sabendo também a que ponto serão duradouros”.

O uso relevante das TDIC no espaço escolar depende dos investimentos por partes do poder público em aparatos tecnológicos e cursos de capacitação para professores/as, como dito. Com a tecnologia digital, a comunidade escolar passa a compreender que o ensino não se restringe mais aos muros da escola e que o uso das tecnologias no campo educacional pode possibilitar que docentes revejam suas práticas e criem aulas mais dinâmicas.

A formação de professores e a atualização constante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas ao contexto digital são necessárias, haja vista que educadores precisam estar preparados para utilizar as tecnologias de forma eficaz, incorporando-as em sua prática pedagógica e auxiliando os alunos a se tornarem leitores e produtores críticos no contexto de uma Era Digital. Para que a alfabetização e o letramento digital possam propiciar aos educandos habilidades tecnológicas para lidar com máquinas, sistemas e aplicativos, é necessário entender como acessar informações *on-line*, bem como adquirir noções de responsabilidade social e segurança ao interagirem nas redes.

Paulo Freire (1970, p. 2) dizia que “alfabetizar é conscientizar”, pois um professor com mentalidade inovadora também tem mais facilidade para lidar com a dinâmica da atual geração de alunos, que é multitarefa, que busca respostas rápidas e que está atenta com tudo que acontece ao seu redor. Isso indica que, para compreender as práticas de leitura pós-pandemia, faz-se necessário também entender como o docente lida com os aparatos tecnológicos e como ele cria estratégias pedagógicas com o uso das tecnologias digitais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Primeiramente é importante ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética UFMG, parecer 6.883.287 de 12 de junho de 2024 e que todos os participantes da pesquisa foram informados previamente da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme RES.466/12 do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa.

A pesquisa segue por três etapas: 1. a revisão bibliográfica, com vistas a situar a temática no campo da produção científica; 2. Análise de documentos que tratam da educação no Brasil e em Nova Lima; 3. Pesquisa com os docentes que envolve: resposta a um questionário do *Google Forms*, entrevista semiestruturada e observação em sala de aula. Realizamos o estudo da arte para encontrar teses e dissertações que possam contribuir com a pesquisa seguindo os pressupostos de caráter qualitativo, segundo Bogdan e Biklen (1994). Após os resultados, foram feitas revisões bibliográficas em três áreas distintas: a primeira sobre as práticas de leituras no ambiente escolar usando os conceitos de alfabetização e letramento, buscou-se autores que dialogam sobre o uso das tecnologias digitais no campo da educação. Diante disso, adotou-se os procedimentos para a pesquisa de campo, que abarca a observação em sala de aula. A revisão bibliográfica não teve apenas um caráter descritivo, mas, sobretudo, um caráter analítico.

Devido à perspectiva que busca compreender a partir do olhar da professora, como se dão as práticas de leitura pós-pandemia, fizemos um levantamento no portal de periódicos CAPES, na intenção de buscar Teses e Dissertações publicadas, entre os anos de 2022 e 2024, sobre a temática. Foram utilizados os descritores: alfabetização; letramento; tecnologias digitais; pós pandemia para fomentar as discussões sobre a hipótese da pesquisa. Obteve-se como retorno os trabalhos abaixo:

Quadro 1: Teses e dissertações sobre a temática no Portal Capes – 2022-2024

1. VASCONCELOS, JOSIENE ARAUJO DE. O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Perspectiva da Alfabetização e letramento: A visão de professores do ensino fundamental I de uma escola no Sudoeste de Matos.30/03/2022.	4. SILVA, CARINE MELLO DA. Exploração das Tecnologias Digitais na Alfabetização e no Letramento de Crianças com Surdez' 27/11/2022
2. LACERDA, EDIVANIA DUARTE ALVES. A alfabetização e letramento na educação de Jovens e adultos mediados pelas tecnologias digitais da informação e comunicação: Uma revisão integrativa.18/09/2022.	5. ANDRADE, PATRÍCIA REGINA VIEIRA VIANA DE. Práticas de alfabetização em uma turma do 2º ano do ensino fundamental I de um colégio de aplicação de ensino remoto Natal -RN 05/12/2022.
3. REIS, ROSANE ALVES DA SILVA. A Didática Docente e as Ferramentas Digitais no Processo de Ensino Aprendizagem, Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos (EJA) na Era Digital. 03/11/2022.	6. PEREIRA, ANA CRISTINA SANTOS. Jogos Digitais e processo de construção da Alfabetização e do letramento: Um relato de experiência sobre o desenvolvimento da consciência fonológica em alunos com deficiência intelectual. 05/12/2022.
7. SELLING, DAMARIS RAMSON FUHRMANN. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO REMOTO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA DIGITAL. Santa Maria, RS 2023.	

Fonte: Tabela construída pelas autoras, 2024.

Após o retorno do portal CAPES, observou-se que ainda há poucas teses e dissertações sobre a temática. Das sete teses que foram localizadas, seis são do ano de 2022 e uma de 2023, não foram encontradas até então teses e dissertações do ano de 2024. O estado da arte para Lakatos (2003) tem como foco “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (Lakatos, 2003, p. 185).

Fizemos também uma análise de alguns documentos que regem a educação brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. De acordo o parecer do CNE/CEB nº 11/2010, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (Brasil, 2010). A meta 5 do Plano

Nacional da Educação (PNE) diz que todas as crianças têm que estar alfabetizadas e letradas até o final do 2º ano dos anos iniciais do ensino fundamental I. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), segue a orientação do PNE para a o cumprimento da meta 5. No esforço de atingir esta meta é que há o Plano de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem, Saber +, do município de Nova Lima, o qual tem um programa “educar bem para pensar além”, em relação à prática de leitura dentro do espaço escolar pós-pandemia.

Ainda como estratégias metodológicas desta investigação, no caminho de buscar compreender, a partir do olhar da professora, como se dão as práticas de leitura pós-pandemia, com estudantes do terceiro ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, em uma escola no município de Nova Lima/MG por meio do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, foi elaborado um questionário por meio do *Google Forms* com perguntas: Você é professor dos Anos Iniciais do Fundamental I na rede municipal de Nova Lima nos últimos cinco anos? Você tinha acesso e utilizava tecnologias digitais no espaço escolar antes da pandemia da covid-19? Você utiliza atualmente as tecnologias digitais pós-pandemia oferecidas pelo município de Nova Lima em sala de aula? Você sabe utilizar tais ferramentas tecnológicas digitais oferecidas pelo município? Gostaria de deixar seu nome e telefone para uma nova pesquisa?

Diante da devolutiva dos 37 voluntários/as, foi possível uma análise quando perguntado: você é professor dos Anos Iniciais do Fundamental I na rede municipal de Nova Lima nos últimos cinco anos? Como retorno, obteve-se 83,8% nos últimos cinco anos e 16,2% disseram que não. Quando perguntado se o professor tinha acesso e utilizava tecnologias digitais no espaço escolar antes da pandemia da Covid-19, 59,5% disseram que não tinham acesso e 40,5% disseram que sim. Ao responder se ele/ela utiliza atualmente as tecnologias digitais pós-pandemia oferecidas pelo município de Nova Lima em sala de aula, 100% afirmaram utilizar as tecnologias digitais. Em relação a ter facilidade e se sabe utilizar tais ferramentas tecnológicas digitais oferecidas pelo município, 91,9% disseram que sabem utilizar e 8,1% disseram não saber. Como última pergunta, foi proposto deixar seu nome e telefone para uma nova pesquisa. Dos 37 voluntários, 70,3% deixaram nome e telefone para contato e 29,7% não

quiseram continuar com o processo de pesquisa. Diante dos resultados obtidos, entrei em contato por telefone com os voluntários, que totalizaram 26 professores/as.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As respostas ao questionário *Google Forms* indicaram que boa parte dos professores não tinha acesso às tecnologias digitais antes da pandemia, contrastando com a totalidade dos docentes que utilizam atualmente as tecnologias em sala de aula e o alto número de respondentes que afirma saber usar as TDICs. Esses achados iniciais podem indicar que os professores foram obrigados a investir na aprendizagem do uso das tecnologias por força das suas condições de trabalho afetadas pela pandemia. A expectativa é que essa análise inicial possa ser aprofundada nos demais passos da pesquisa.

Para a continuidade da investigação, tendo como critério de seleção a atuação em turmas terceiro ano dos anos iniciais do fundamental I, foram selecionadas três professoras envolvidas no programa Saber+ para entrevista semiestruturada, utilizada como técnica de coleta de dados para tentar documentar o não documentado, como orienta Gil (2008, p. 114). Dentre as três professoras, foi selecionada uma para observação na sala de aula, procedimento já em curso. Considerou-se como critério de seleção da docente, sua disponibilidade e permissão para a observação do seu trabalho. Espera-se que estas estratégias possam dar uma visão mais aproximada do ponto de vista docente sobre a temática da investigação em andamento.

Para um desfecho de pesquisa, almeja-se que esse trabalho seja uma contribuição para presentes e futuros movimentos intelectuais de natureza acadêmica que tenham a formação da criança leitora como enfoque investigativo. Estes esforços deverão refletir sobre as questões: o que significa ser um leitor de qualidade na contemporaneidade, tendo como marca a predominância da cultura digital? Outros letramentos despontam como necessários?

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social** – notas provisórias. Em NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*. 4ª ed Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL - OPAS/OMS | **Organização Pan-Americana da Saúde - PAHO**
Organização Mundial da Saúde (OMS) Acesso em: 23 nov.2023. www.paho.org > pt >

BRASIL. INEP: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio**.
<https://www.gov.br/inep/pt-br> Acesso em:20 ago.2023.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em: 20. nov.2023.
<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Educa%C3%A7%C3%A3o+alfabetiza%C3%A7%C3%A3o>

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1 & isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 jun. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. **PNAN Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p.1. Disponível em:
http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/caderdo_final_pna.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Relatório SAEB/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/RELATORIO+SAEB-ANA+2016+PANORAMA+DO+BRASIL+E+DOS+ESTADOS/41592fab-6fd6-4c21-9fbb-d686f6b05abe?Version=1.0>. Acesso em 25 jul. 2023.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012 [citado 2014 Mar 11]. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html. Acesso em 20 ago. 2023.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Coleção de Linguagem e Educação. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 3 ed. 2014.

COSCARELLI, Carla Viana. (org.). **Tecnologias para aprender**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

DECRETO N. 11.974, DE 04 DE JANEIRO DE 2022 - **Plano Municipal de Recuperação e Aceleração da Aprendizagem, Saber+**. Disponível em: <https://novalima.mg.gov.br/legislacoes/visualizar/13056>. Acesso em 20 ago.2023.

FLUCKIGER, C.; Aprender em tempos da epidemia de COVID-19: contribuições da noção de letramento digital; capítulo 32 do livro: **Práticas discursivas em letramento acadêmico** [recurso eletrônico]: questões em estudo: volume IV: Efeitos da COVID-19 em práticas letradas acadêmicas / organizadores: Juliana Alves Assis, Fabiana Ko-mesu, Cédric Fluckiger. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. E-book (476 p.:

FREIRE, Paulo **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam /. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. 1970.

GIL, Antônio Carlos. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

Ribeiro, Lara, J. G; Mantovani, N. A. F.; Mazulquim, P. R. A inovação nas práticas de multiletramentos das aulas remotas : relatos de quem alfabetiza na pandemia, in Pinheiro, Petrilson; Azzari, Eliane Fernandes (orgs.). **Multiletramentos na escola por meio da hipermídia** - Volume 2, 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023, p. 133-158

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Acesso em https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf

SIGNORINI, I. Por que falar de letramento em tempos de ensino remoto? Página do livro 58: **Práticas discursivas em letramento acadêmico** [recurso eletrônico]: questões em estudo: volume IV: Efeitos da COVID-19 em práticas letradas acadêmicas / organizadores: Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu, Cédric Fluckiger. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Novas Práticas de Leitura e Escrita**: Letramento na Ciberultura. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.